



**MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: DISCURSO,
PODER E SUBJETIVIDADE**

**INDIGENOUS WOMEN IN CONTEMPORARY POLITICS: DISCOURSE, POWER
AND SUBJECTIVITY**

Deymison Iago Cortez da Silva¹
Francisco Paulo da Silva²

RESUMO

Com base na orientação da Análise de Discurso que parte das práticas discursivas para explicar a produção sócio-histórica dos sentidos, o presente artigo tem como objetivo analisar os discursos que envolvem a mulher indígena na política contemporânea na produção da sua subjetividade. Para isso, utilizamos como corpus principal de análise alguns trechos de uma entrevista dada por Sônia Guajajara ao jornal Brasil de Fato – MG, observando o funcionamento das relações saber-poder, conforme reflexões de Michel Foucault. Através da análise, foi possível constatar que, em pleno século XXI, ainda circulam discursos influenciados por posições machistas e patriarcais que dificultam a participação da mulher na política. Tais discurso consideram que a mulher não nasceu para exercer funções sociais importantes, posição que se agrava quando se trata da mulher de origem indígena. Entretanto, a mulher nativa expõe uma trajetória de luta e resistência ao longo da sua vida política, contrariando os referidos discursos e produzindo novas subjetividades a seu favor, como demonstra a atuação de Sônia Guajajara no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Política. Discurso. Poder. Subjetividade.

¹ Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas (2016), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários (2019), pela Universidade Cândido Mendes, e em Produção Textual (2021), pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Cursa mestrado acadêmico em Ciências da Linguagem, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como linha de pesquisa a relação discurso, poder e a produção de subjetividades em práticas discursivas contemporâneas. E-mail: deymison_iago@hotmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras e Artes, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL/ Mestrado em Letras, da UERN e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL/UERN. Líder do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - (GEDUERN). E-mail: fpaulinhos@gmail.com

ABSTRACT

Based in Discourse Analysis orientation that starts from discursive practices to explain the socio-historical production of senses, the present article aims to analyze the discourses that involve the indigenous woman in contemporary politics in the subjectivity production. For that, we use as the main corpus of analysis some excerpts from an interview given by Sônia Guajajara to the newspaper Brasil de Fato — MG, observing the operation of knowledge-power relations, according to Michel Foucault reflections. Through the analysis, it was possible to verify that, in the middle of the XXI century, discourses still circulate influenced by chauvinism and patriarchal positions that make it difficult for women to participate in politics. Such discourses consider that women were not born to exercise important social functions, position that gets worse when it is a woman of indigenous origin. However, native women exposes a struggle and resistance trajectory through their political life, contradicting the referred discourses and producing new favorable subjectivities, as demonstrated by the performance of Sônia Guajajara in the Brazilian political scenery.

Keywords: Indigenous women. Politics. Discourse. Power. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

Antes de tudo é importante salientar, novamente, que este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da produção dos discursos no tocante à mulher indígena envolvida na política contemporânea. Por isso, destacaremos a importância do feminismo para a resistência das mulheres, evidenciando, principalmente, a luta delas contra o machismo, que oprime a mulher, agride-a e rejeita a igualdade social entre os sexos. Enfatizaremos, então, que o movimento feminista, ao longo das décadas, tem contribuído para a maior participação das mulheres na luta por um tratamento mais digno e igualitário em relação aos homens.

[...] "feminismo", "feministas" designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos. Pessoas isoladas, como Christine de Pisan, autora de *La Cité des dames*, no final do século XV, ou Mary Astell no século XVII, são qualificadas de "préfeministas" (PERROT, 2007, p. 30).

Mesmo com avanços, ainda nos dias atuais, é perceptível a diferença no acesso a oportunidades de trabalho e de acesso às universidades por mulheres não brancas, como é o caso das indígenas. No espaço político, o qual iremos abordar no presente estudo, observaremos que ainda há muitos discursos impregnados na sociedade contemporânea que dificultam a participação dessa classe minoritária na ocupação desse espaço de forma mais engajada.

Nesse sentido, buscou-se analisar, a partir das eleições do ano de 2018, os discursos que produzem a subjetividade da mulher indígena na política mediante a trajetória de vida de Sônia Guajajara, grande exemplo de personalidade nativa feminina na vida pública. Para a realização deste trabalho, foram selecionadas partes

de uma entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato - MG, observando as relações de saber e poder com base nos estudos da Análise de Discurso de Michel Foucault.

Posto isso, a pesquisa se classifica como qualitativa, cujo procedimento vai ocorrer por meio da descrição e interpretação de discursos, que por sua vez, consideram o enunciado como um acontecimento e são responsáveis pela sua produção e circulação em um dado momento histórico. Dessa forma, espera-se contribuir para um possível rompimento dos discursos tóxicos à vida política da mulher brasileira em pleno século XXI, especialmente da mulher indígena.

O trabalho está dividido em três tópicos, primeiramente: “Uma história de controle e dependência”, em que iremos abordar a submissão da mulher ao homem no decorrer da história e como isso influencia na subjetividade feminina, a partir de sua resistência ao exercício do poder patriarcal. No segundo, tratamos sobre a emergência da participação do sujeito mulher no campo da política. Por fim, fazemos uma análise dos discursos que envolvem a mulher indígena na política atual e a produção de novas subjetividades como efeito do processo de resistência.

2 UMA HISTÓRIA DE CONTROLE E DEPENDÊNCIA

De acordo com Perrot (2007), ao escrever a história das mulheres, saímos do silêncio em que elas estavam presas. Além disso, “A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso” (PERROT, 2007, p. 16). Assim, ainda de acordo com a autora, a depender do sentido dado à história, é possível dizer que as mulheres ficaram muito tempo fora dela. “Como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal” (PERROT, 2007, p. 16).

O poder, nas relações intrafamiliares, partindo de uma visão foucaultiana, era notado por meio da relação de autoridade ou tomadas de decisões por parte dos homens. Para Perrot (2007), a mulher era dependente em seu corpo, sexualmente, economicamente e juridicamente. Com essa observação, afirma que “A mulher casada é, ao mesmo tempo, dependente e dona-de-casa” (PERROT, 2007, p. 47), pois somente os homens detinham a liberdade para trabalhar, estudar, administrar as finanças e controlar a família. Ou seja, a representação feminina estava sujeita ao homem devido ao controle que este exercia sobre ela.

Se historicamente os vários modos de agir efetivam o poder entre os membros de uma família, o que predominou nas relações intrafamiliares foram os enunciados voltados para uma disciplina rígida, em que o modo de disciplinar estava ligado à punição que envolvia até a violência física e psicológica, excluindo-se a mulher como um sujeito de direito

Foucault (1993) ao realizar sua analítica do poder, considera-o como relação de forças, o que significa que em seu funcionamento ele opera como ações sobre ações. Sendo força o poder não é do domínio exclusivo de um sujeito, haja vista que todo sujeito é dotado de força. Se aplicarmos essa noção nas relações de gênero, podemos dizer que as práticas de dominação masculina sobre o sujeito feminino não se dão sem resistência, pois para esse filósofo onde há poder há resistência. (FOUCAULT, 1993). Por esse viés, podemos dizer que a luta das mulheres é decorrente de sua desobediência voluntária ao exercício das forças que querem aprisioná-las à vontade do saber-poder, criando novos modos de vida.

Assim, se a participação da mulher na política se construiu enfrentando dificuldades que foram da proibição à limitação no espaço público, sustentado pelo machismo e pelo patriarcalismo como mecanismos de poder, a inserção da participação da mulher indígena no movimento social e político enfrentou, além disso, dificuldades impostas pelo racismo. Mesmo assim, a mulher indígena vem marcando sua presença no cenário político.

3 MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA

A história da mulher indígena no movimento social é recente. Podemos associá-la à emergência das organizações indígenas que tiveram início na década de 80 e a mobilização do movimento indígena pela inserção de direitos dos povos originários na Constituição de 1988.

Dutra e Mayorga (2019), citando Sacchi (2003) e Verdum (2008), afirmam que as duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracará, Rio Uaupés e Tigüí (AMITRUT). Ressaltam que as demais organizações de mulheres indígenas ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas foram se constituindo a partir da década de 1990, criando-se em 2002, na ocasião de um Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas Amazônicas, um Departamento de Mulheres Indígenas dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira Coiab. Deste encontro, surgiu a União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) em 2009.

No campo da representação política partidária, a primeira vez que uma mulher indígena se elegeu foi no ano de 2018, no qual Joênia Wapichana, do partido político REDE, foi eleita Deputada Federal pelo estado de Roraima. Na eleição de 2022, Sonia Guajajara foi eleita Deputada Federal pelo estado de São Paulo. A atuação política de Sônia Guajajara inicia com sua participação na organização de entidades de representação indígenas e em seguida ela ingressa na política partidária.

4 UMA ANÁLISE DISCURSIVA ATUAL

Sônia Bone de Souza Silva Santos, mais conhecida como Sônia Guajajara, nasceu em 1974 em uma terra indígena chamada Arariboia, na Cidade de Amarante, Estado do Maranhão. É graduada em Letras e Enfermagem e possui pós-graduação em Educação Especial. Sempre lutou contra a invisibilidade dos indígenas e, de fato, fez história na vida desses povos, mesmo com todas as dificuldades³.

Guajajara também dedicou sua vida à militância política, o que a levou à coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Além disso, no período eleitoral de 2018, se tornou a primeira pré-candidata indígena a concorrer à presidência da república, como vice-presidenta de Guilherme Boulos. Assim, em virtude de toda essa representatividade, escolhemo-la para fazer parte desta análise.

Logo a seguir, tendo como *corpus* os principais trechos de uma entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato, em junho de 2020 (MARKO; REINHOLZ, 2020), na qual Sônia fala sobre a participação das mulheres na política, e considerando as

³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B4nia_Guajajara

relações Foucaultianas de saber e poder, analisaremos quais são os discursos e subjetividades que envolvem a mulher indígena na política atual.

Brasil de Fato – Rio Grande do Sul: O que é ser mulher indígena no Brasil?

Ser mulher indígena no Brasil é você viver um eterno desafio, de fazer a luta, de ocupar os espaços, de protagonizar a própria história. Historicamente foi dito para nós que a gente não poderia ocupar determinados espaços. Por muito tempo as mulheres indígenas ficaram na invisibilidade, fazendo somente trabalhos nas aldeias, o que não deixa de ser importante, porque o trabalho que a gente exerce nas aldeias sempre foi esse papel orientador. Só que chega um momento que a gente acredita que pode fazer muito mais do que isso, que a gente pode também estar assumindo a linha de frente de todas as lutas.

A partir dos enunciados acima, referentes à resposta “O que é ser mulher indígena no Brasil”, cabe aqui refletir sobre a afirmação de Foucault (1997) quando destaca que as normas sociais punem as mulheres. E de fato, como disse a própria Guajajara (2016), há uma memória histórica, social que faz circular um discurso que nega espaço político a mulheres e que atua fortemente sobre as mulheres indígenas durante toda a história. Por meio do fio discursivo dessa memória, as mulheres indígenas não poderiam ocupar determinados espaços, como a política, ciência ou arte, campos historicamente dominados pelos homens, como se inscreve neste enunciado: “Por muito tempo as mulheres indígenas ficaram na invisibilidade, fazendo somente trabalhos nas aldeias”.

Assim sendo, é possível afirmar que a mulher indígena da atualidade, de acordo também com as palavras da própria Sônia Guajajara, vive o desafio de lutar e resistir a esse poder que a tornou invisível e carrega consigo discursos machistas e patriarcais que já deveriam estar ultrapassados.

No trecho a seguir, Guajajara é perguntada sobre o porquê de não conseguirmos levar essa história às escolas. A indígena logo atribui a culpa à atual elite que está no poder, ressaltando a retirada e os recentes ataques aos direitos dos povos indígenas, que segundo ela, contribuem ainda mais para a secundarização e invisibilidade desses povos. Logo, fica mais evidente ainda que o poder se exerce aqui de forma acentuada, não só pelo fato de ser mulher, mas também por ser indígena, reforçando que a mulher indígena sofre duplamente como efeito do racismo e da relação entre gênero. Mas é justamente isso que provoca reações de luta e resistência contra o racismo e a discriminação de gênero que atua socialmente contra a mulher indígena

Brasil de Fato – Rio Grande do Sul: É algo que acontece também quando falamos dos povos negros, a história não contada. Por que não conseguimos levar essa história para as escolas? Por que não conseguimos mudar isso?

Por mais que a gente faça essa luta, essa resistência, movimento indígena, movimento negro, mais a gente continua sendo invisibilizado. A nossa vida continua sendo totalmente secundarizada, os direitos sendo totalmente atacados ou retirados quando se consegue um pouco. Tudo isso contribui para que essa elite que está no poder, no comando, continue a dizer o que é que faz e o que não faz. Historicamente foi dito para nós qual era nosso

lugar, nosso limite. E nós fazemos essa luta porque somos teimosos, resistentes, e não vamos aceitar esse sistema opressor, essa dominação permanente, não vamos aceitar essa imposição.

No último trecho da entrevista, a entrevistadora fala sobre um possível golpe que acarretou a saída de uma presidenta eleita do poder, tal qual pesquisas preconceituosas que atacaram as mulheres em vários meios de comunicação. No final, também é solicitada uma avaliação da participação da mulher na política e perguntado por que essa participação ainda é baixa no nosso país.

Essa eleição foi a primeira após o golpe de 2016, que tirou a presidenta Dilma e que, visivelmente, foi também um golpe misógino. E hoje pesquisas demonstram o ataque preconceituoso contra as mulheres, tanto na grande imprensa como através do “gabinete do ódio” nas redes sociais. Nesse sentido como você avalia a participação da mulher na política e por que ainda é tão baixa no Brasil?

Realmente é ainda um número bem pequeno de mulheres ocupando a política, tendo em vista que as mulheres têm assumido o protagonismo de diversas lutas. Mas acho que conseguimos dar um salto nos últimos anos. Apesar de ainda ter muito a ser feito para a mulher ser reconhecida na igualdade de capacidades. Ainda hoje é lamentável a gente ver como muitas pessoas deixam de votar ou de confiar na mulher por ser mulher, porque sempre acha que é lugar para os homens. É o machismo ainda totalmente aflorado que está muito presente, e é esse machismo que fala muito mais alto na hora das escolhas, de eleger seus representantes. É uma triste realidade, mas é assim que acontece ainda. E acho que precisamos lutar muito contra esse machismo para podermos estar cada vez mais assumindo esses espaços. Além do machismo, a disputa acaba sendo muito injusta, muito desleal na própria campanha, as pessoas votam muito por agrado, com voto pago. Eu penso que nós mulheres, quando a gente entra, a gente que vem de movimentos sociais, dessa frente de resistência, a gente que vem principalmente das esquerdas, a gente vem para fazer o diferencial. A gente vem para mudar essa forma de fazer política. E todas as mulheres que vêm desse campo, vem com esse pensamento, de mudar esta forma de fazer política. E as pessoas estão muito habituadas, acostumadas a poder dar o voto em troca de alguma coisa, e por não fazer isso, diminui ainda mais esses votos que seriam para eleger essas mulheres.

Em parte da resposta, Guajajara afirma que, embora o machismo ainda esteja aflorado na sociedade, houve uma evolução nos últimos anos em relação à participação da mulher na política. Mesmo assim, ainda há muito a ser feito para a mulher alcançar o devido reconhecimento. Sônia aponta que é necessário fortalecer a luta das mulheres contra o machismo para ela ocupar mais espaço político institucional.

Assim, considerando esses enunciados e o atual contexto social, é possível perceber a conquista de novos modos em relação à vida das mulheres indígenas na política. Graças à sua luta e resistência, como visto, tornou-se realidade a seu favor a produção de novas subjetividades, que segundo Prata (2005, p. 108), “[...] vem

sempre precedida das palavras ‘formas’, ‘modos’, ‘processos’, que apontam que essa noção nunca está acabada, mas se constitui como um processo contínuo”.

Como observamos, a subjetividade é um processo contínuo e é sempre produzida, ou seja, ela não está na origem humana, não é algo da natureza, mas se constitui historicamente. Mesmo que o poder disciplinar atue no controle das condutas, atuando no controle da subjetividade como efeito da normatização dos indivíduos, há sempre a possibilidade do sujeito se produzir como efeito de resistência. Mesmo que a norma estabeleça um padrão ideal, através dos saberes racionais é possível dele diferenciar-se. É o que parece entrever o enunciado de Sônia Guajajara quando coloca ser fundamental continuar resistindo ao machismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enunciados analisados neste artigo evidenciam a histórica luta das mulheres para compor sua participação na política, com destaque especial para a luta da mulher indígena. Nos enunciados produzidos por Sônia Guajajara, militante indígena, é destacado que a mulher indígena é duplamente discriminada – por ser mulher e por ser indígena, o que aponta o exercício de controle do poder sobre o sujeito mulher, mas também deixa entrever, nas lutas que ela trava para se constituir como ser político, a emergência de uma subjetividade que se constrói pela resistência.

Mostramos aqui que a história das mulheres é marcada por uma relação de controle e dependência ao homem que historicamente foi produzindo sua invisibilidade e exclusão nos espaços sociais, com forte incidência dessa exclusão na política. Vimos ainda que com o advento dos movimentos sociais, como os feministas, diferentemente da mulher do passado, a mulher contemporânea é aquela que luta pelo seu espaço, pela sua dignidade na esfera pública, que resiste ao silenciamento, apesar dos discursos machistas e patriarcais. Essa resistência se estende na atualidade também às mulheres indígenas que vem se organizando e participando do cenário político e conquistando espaço no campo político institucional. Temos nesse movimento a produção de novas subjetividades para a mulher indígena na atualidade que passa a assumir diferentes posições na sociedade

REFERÊNCIAS

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Cláudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. *In: Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 113-129, 2019.

FOUCAULT, Michel. "A sociedade punitiva" *In: FOUCAULT, Michel. Resumo dos cursos do Collège de France*. Tradução de Andréa Daher e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 25-44.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

MARKO, Katia; REINHOLZ, Fabiana. Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos. **Brasil de Fato**, 03 de dez. 2020. Disponível em: <https://abrir.link/SW8PC> Acesso em: 03 dez. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa São Paulo: Contexto, 2007.

PRATA, Maria Regina dos Santos. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 108-115, abr. 2005.